



EMERGÊNCIA DE UMA SOCIEDADE CIVIL, ACADEMIA E MEDIA MAIS PLURAL

POR: SUZANA MENDES

O CONTEXTO DO PAÍS

- A Constituição angolana, leis aprovadas e o facto de Angola ter assinado uma série de convenções e tratados internacionais garantem, no plano legal, a igualdade de direitos para os cidadãos angolanos e o respeito pelos Direitos Humanos.
- Ao longo dos últimos anos Angola enfrentou uma série de desafios no que toca a situação social da população e respeito pelos Direitos Humanos com o aumento do número de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Um relatório do Instituto Nacional de Estatística, publicado em 2020, intitulado “Índice de Pobreza Multidimensional em Angola” refere que a incidência da pobreza a nível nacional é de 54%. Já a taxa de incidência da pobreza na área rural é de 87,8%.

O CONTEXTO DO PAÍS

- Continuamos a registar casos de desrespeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos. Realce para a questão das manifestações, a forma como a polícia tem reprimido as manifestações, incluindo o recente caso de Cafunfu.
- Outro ponto importante a refletir é o papel que a comunicação social pode jogar no actual contexto, contudo, os órgãos de comunicação social trabalham sob muita pressão e aumenta o clamor da sociedade para que os órgãos públicos façam uma cobertura balanceada e equidistante.
- É neste contexto que é importante ter uma sociedade civil interveniente e uma media que faça uma cobertura e isenta dos factos e dá voz a quem não tem voz.

SOCIEDADE CIVIL E MEDIA MAIS INTERVENTIVA?

- Vivemos num ambiente de polarização política, de grande cristação política característica de um ano pré eleitoral, o que faz com que se exija que cada indivíduo tome um lado.
- Neste contexto é importante termos uma sociedade civil mais interventiva mas acima de tudo independente dos poderes instituídos. Noto um claro fortalecimento da sociedade civil angolana, fruto de um trabalho de longa data, temos cada vez mais organizações e muitas estão congregadas em rede. A experiência dos actores no tratamento das questões, especialmente dos defensores dos direitos humanos joga um papel importante.
- No que toca a sociedade civil há também o emergir de iniciativas de cidadãos, não congregados em associações mas que comungam ideias e exercem grande pressão pela melhoria das condições sociais, pela democracia e em especial pelas autarquias (são os chamados Revus).

SOCIEDADE CIVIL E MEDIA MAIS INTERVENTIVA?

- O sector da comunicação social registou maior abertura logo após a eleição do Presidente João Lourenço tendo, inclusive, subido três pontos no ranking dos Repórteres Sem Fronteiras no mesmo ano, passando do lugar 109 em 2019 para 103 em 2020.
- Contudo, esta abertura foi “sol de pouca dura”. Quanto a comunicação social, apesar do papel determinante que poderia jogar, muitos dos órgãos de comunicação, especialmente os estatais, não são tão interventivos, pelo contrário, fazem uma cobertura parcial e não há uma abordagem aprofundada das matérias não contribuem para o fortalecimento da democracia.
- Hoje, temos poucos órgãos de comunicação verdadeiramente independentes e as redes sociais acabam por ser um “reduto da liberdade” no que toca a liberdade de expressão e acesso a informação, mas a informação aí publicada não obedece aos padrões jornalísticos.

SOCIEDADE CIVIL E MEDIA MAIS INTERVENTIVA?

- Para o fortalecimento da democracia, para que tenhamos maior inclusão social é importante que tenhamos cada vez mais organizações da sociedade civil activas e uma imprensa independente.
- É importante que se aborde esta questão, que se discuta e que os movimentos da sociedade civil sejam apoiados, ao mesmo tempo, é preciso trabalhar no sentido de termos uma imprensa verdadeiramente independente.